PARECER DA RELATORA, PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, AO PROJETO DE LEI Nº 5.555, DE 2013

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Na rua, nós somos anônimas; em casa, nós somos nós mesmas. Existem milhões de mulheres que têm medo de voltar para casa porque, ao chegarem em casa, serão arrancadas delas mesmas e esvaziadas enquanto pessoas. E, de repente, ao olhar para dentro de si, veem que não têm mais ninguém, que elas foram e se transformaram no espelho do desejo do outro, como se não fôssemos pessoas. A condição humana pressupõe a liberdade, a condição de sujeito, de sermos donas dos nossos corpos porque todos os dias lutamos para que os nossos corpos sejam os nossos corpos. E o corpo sempre é um instrumento político.

Mas para além disso, a Lei Maria da Penha, quando vem, tipifica uma série de violências, 5 tipos de violência, algumas que não deixam marcas na pele. Essas são mais visíveis. Outras só deixam marcas na alma. E nesse sentido, o que este projeto propõe é que nós possamos tipificar outra forma de violência, que é a violação da intimidade sexual, a comunicação, que acha que pode expor a mulher sem o seu consentimento, expô-la em situações reservadas para o conjunto da sociedade. Nós sabemos que dor isso representa. A dor de uma pessoa que a sua intimidade violada e que de repente, como se fosse uma mercadoria, é exposta para o conjunto da sociedade.

Por isso, este projeto tem o apoio da bancada feminina. Porque é preciso introduzir na Lei Maria da Penha a condição e o direito da mulher de

não ter a sua intimidade sexual violada, ou o direito a não ter uma comunicação que fere a sua própria liberdade e a sua própria humanidade.

É por isso que nós, ao analisarmos essa proposição, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, opinamos pela constitucionalidade da matéria, a juridicidade, a boa técnica legislativa, e, no mérito, nós aprovamos o Substitutivo do Senado Federal, para que nós avancemos e para que nós possamos dizer que o direito de viver sem violência é um direito humano, e que a violência que atinge as mulheres é uma violência que não fica ensimesmada, ela ganha pernas e leva para todos os cantos da nossa sociedade uma desumanização simbólica, porque arranca o direito de ser, arranca o direito de ser dona do seu próprio destino, do seu passado, do seu futuro, enfim, que são características que são intrínsecas à nossa própria humanidade.

A desumanização simbólica abre o caminho para a desumanização literal. Antes de o feminicídio se transformar em cruéis e drásticas estatísticas, nós temos um feminicídio simbólico. Por isso, nós somos favoráveis a considerar como direito da mulher o direito de não ter a sua intimidade sexual violada, o direito de se preservar de uma comunicação abusiva, de uma comunicação que não está autorizada.

Este é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.